

MP investiga suspeita de fraude em licitação de obra bilionária de Aécio

Um desdobramento das apurações que culminaram no indiciamento do deputado federal Aécio Neves (PSDB-MG) e de outras 11 pessoas por suposto esquema de superfaturamento na construção da Cidade Administrativa, sede do Executivo mineiro, o MP-MG desencadeou ontem, 23, uma operação para instruir investigações sobre possíveis crimes de peculato, corrupção e lavagem de dinheiro cometidos na execução das obras do complexo. A operação mobilizou 60 agentes que cumpriram 12 mandados de busca, incluindo três endereços residenciais e nove empresas. Segundo o MP, as empresas investigadas teriam sido utilizadas não só para fornecer recursos destinados ao pagamento de propinas a agentes políticos e públicos, mas também para atuar na lavagem de dinheiro. As investigações que servem como base para a operação foram concluídas em maio, quando Aécio e outras onze pessoas foram indiciadas pela PF. **Pág. 01**

Discurso de Bolsonaro na ONU foi retrocesso civilizatório, aponta ABI

O discurso de Bolsonaro na abertura da Assembleia Geral da ONU, terça-feira, foi alvo de críticas da ABI (Associação Brasileira de Imprensa), que acusou o presidente de ter cometido em vários momentos de seu pronunciamento. Em nota, a entidade destacou que repudiava esse comportamento "que vem se tornando recorrente e conclama o povo brasileiro a não aceitar o verdadeiro retrocesso civilizatório". **Pág. 01**

PF investiga esquema de propinas em contratos de navios da Petrobras

Agentes da PF cumpriram ontem, 23, 25 mandados de busca e apreensão no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Sergipe durante a 7ª fase da Operação Lava Jato, denominada Inominam, que investiga supostos crimes de corrupção, evasão de divisas e lavagem de dinheiro durante o processo bilionário de contratação pela Petrobras do fornecimento de navios leiloadores de linha (PLSV). **Pág. 01**

Educação e Alimentação aceleram IPC-S na terceira quadri de setembro

Depois de registrar alta de 0,58% na segunda quadrimestral do mês, o Índice de Preços ao Consumidor - Semanal (IPC-S) acelerou para alta de 0,70% na terceira quadrimestral de setembro, segundo informou ontem, 23, a FGV. As maiores taxas ficaram com o grupo Educação, Lazer e Recreação, que saltou de 1,16% para 2,21%, puxada pelo item passagem aérea (16,11% para 26,97%). Também houve aumento de preços de Alimentação (1,20% para 1,39%). **Pág. 01**

Em um ano, Aras abriu 121 inquéritos contra 96 da gestão de Raquel

Desde setembro de 2019, quando Augusto Aras assumiu a PGR, já foram abertas 121 novas frentes de investigação no órgão, número maior que o verificado no biênio da antecessora Raquel Dodge, entre 2017 e 2019. Entre os acordos de colaboração premiada, destaque para o do ex-secretário de Saúde do Rio, Edmar Santos, que serviu de base ao afastamento do governador Wilson Witzel (PSC). **Pág. 01**

Senado aprova MP que recriou Ministério das Comunicações



A votação ocorreu na segunda sessão presencial após o isolamento social.

O plenário do Senado aprovou ontem, 23, já em sessão presencial, a MP 980, que recriou o Ministério das Comunicações. O texto segue para sanção presidencial. A pasta já vinha funcionando sob o comando do ministro Fábio Faria (PSD) a partir do desmembramento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, por MP. **Pág. 01**



A obra da Construção da Cidade Administrativa resultou no indiciamento de Aécio na PF. (Foto: LBC)

Superávit do setor externo é o maior para o mês de agosto desde 1995

No melhor resultado para meses de agosto na série histórica, iniciada em 1995, o superávit das transações correntes foi de US\$ 3,721 bilhões no mês passado, após resultado positivo de US\$ 1,628 bilhão em julho. O BC projetava para agosto superávit de US\$ 2,2 bilhões na conta corrente. **Pág. 01**

Confiança do consumidor cresce em setembro pelo quinto mês consecutivo

A FGV informou ontem, 23, que a confiança do consumidor cresceu 3,2 pontos em setembro ante agosto, na série com ajuste sazonal. Apesar da sequência de cinco resultados positivos, o Índice de Confiança do Consumidor (ICC) permanece abaixo do patamar pré-pandemia, de 87,8 pontos, alcançado em fevereiro. **Pág. 01**

TSE fará fase de testes de votação online nas eleições deste ano

O TSE pretende lançar a fase de testes do sistema de votação online, via telefone celular, que não valerá para as eleições deste ano mas poderá ser adotado em futuros pleitos. Um chamamento a empresas interessadas em apresentar modelos viáveis que poderiam vir a ser utilizados foi publicado terça-feira. **Pág. 01**

Cármem Lúcia é diagnosticada com Covid após participar de posse de Fux



Cármem participou da cerimônia de posse de Fux no último dia 10.

Esta vez foi a ministra do STF Cármem Lúcia a confirmar o diagnóstico de covid, a nome autoridade a constatar a doen-

ça entre os convidados para a cerimônia de posse do ministro Luiz Fux, no último dia 10. Em nota, o STF informou que "todas as medidas de

segurança, protocolos e procedimentos recomendados pelo Ministério da Saúde e pela OMS foram adotados no evento". **Pág. 01**

Imóvel teria sido pago em dinheiro vivo por Carlos Bolsonaro, diz jornal

O jornal Estadão obteve num cartório no centro do Rio o documento de compra e venda de um imóvel pelo qual o vendedor carioca Carlos Bolsonaro (Republicanos) teria R\$ 150 mil em dinheiro, montante que corresponde hoje a R\$ 366 mil, corrigido pelo IPCA. Na época, em 2003, Carlos tinha apenas 20 anos de idade. O apartamento, que foi pago em "moeda corrente do País, contada e achada certa", como diz a escritura que oficializou o

negócio, fica na Rua Incurupá, no Tijuca, zona norte, e ainda pertence ao parlamentar. Uma advogada ouvida pelo Estadão afirmou que a expressão "moeda corrente, contada e achada certa" na escritura significa que o pagamento foi feito em espécie. O vendedor é investigado por suposta apropriação dos salários de funcionários "fantasmas" na Câmara Municipal, onde pretende disputar o serviço-mandato nas eleições deste ano. **Pág. 01**

Secretário-geral da ONU pede acordo global contra desigualdades

Pág. 02

China promete "neutralidade carbônica" até 2060

Pág. 02

STJ mantém trancada ação contra militares pela morte de Rubens Paiva

A ação penal aberta contra cinco militares acusados do assassinato do ex-deputado federal Rubens Paiva, em janeiro de 1971, na ditadura militar, foi mantida suspensa por decisão unânime da Quinta Turma do STJ. Os militares respondem por homicídio triplamente qualificado, ocultação de cadáver, associação criminosa e fraude processual. **Pág. 01**

Pandemia reduz em um décimo renda mundial obtida com trabalho, diz OIT

Pág. 02

INTERNACIONAL

França tem mais de 10 mil novos casos de covid-19 em um dia

A França registrou terça-feira (22) mais de 10 mil novos casos de infecções pelo novo coronavírus em 24 horas, a sexta vez em 12 dias.

O Ministério da Saúde registrou 10.008 novos casos ontem, em comparação a 5.298 na segunda (21) - dia que geralmente tem queda por causa do atraso das notificações do fim de semana - e 10.569 no domingo. Esses números estão acima do recorde de 13.498 do sábado (19). Os novos casos levam o total a 468.099. O ministério também informou que o número de mortos subiu para 31.416, um crescimento de 78 casos.

Os dados de informações hospitalares mantiveram o crescimento lento ao longo das últimas três ou quatro semanas, com mais 180 pessoas nos hospitais lutando a covid-19, o que leva o total a 5.796.

O total de pessoas em tratamento intensivo - que é o último teste de habilidade do sistema de saúde de lidar com a epidemia - cresceu em 12, para 931, mas permaneceu bem abaixo dos picos vistos em abril, quando chegou a 7.145.

Em meados de agosto, o número de pacientes com covid nas unidades de terapia intensiva chegou a cair para 167.

Pandemia reduz em um décimo renda mundial obtida com trabalho, diz OIT



Trabalhadores em estantes em desenvolvimento e emergentes, especialmente aqueles com empregos informais, foram afetados em uma extensão muito maior do que em crises anteriores.

A renda mundial obtida com o trabalho caiu cerca de 10,7% - ou US\$ 3,5 trilhões - nos primeiros nove meses de 2020 em relação ao mesmo período do ano anterior, disse a Organização Internacional do Trabalho (OIT) ontem (23).

Essa perda, que não inclui o auxílio à renda fornecido pelos governos para compensar o fechamento de locais de trabalho durante a pandemia, é o equivalente a 5,5% do Produto Interno Bruto (PIB) global para os três primeiros trimestres de 2019, acrescentou a instituição.

"O fechamento de locais de trabalho continua a perturbar os mercados em todo o mundo, levando a perdas de horas de trabalho maiores do que as estima-

das anteriormente", disse a OIT em seu sexto relatório sobre os efeitos da pandemia no mundo laboral.

Trabalhadores em economias em desenvolvimento e emergentes, especialmente aqueles com empregos informais, foram afetados em uma extensão muito maior do que em crises anteriores, disse a agência da Organização das Nações Unidas.

"Assim como precisamos redobrar nossos esforços para combater a vírus, também precisamos agir com urgência e em escala para superar seus impactos econômicos, sociais e de emprego", disse o diretor-geral da OIT, Guy Ryder, em comunicado.

Secretário-geral da ONU pede acordo global contra desigualdades



Guterres afirmou que a pandemia expôs fragilidades e desigualdades pelo mundo.

O secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres, pediu terça-feira (22) no discurso de inauguração da 75ª Assembleia Geral por um renascimento global até o final de 2020. Em um salão predominantemente vazio, com apenas

30% dos mais de 2 mil membros ocupados, Guterres foi enfático ao dizer que ainda há "desafios por vir" e que, em um mundo interconectado, "solidariedade é necessária em si mesma."

Guterres afirmou que a pandemia expôs fragilidades e de-

igualdades pelo mundo. O secretário-geral propôs, como já havia feito em março - início da pandemia -, que haja "um fim na doença da guerra para que possamos lutar contra a doença que devasta nosso planeta." António Guterres fez ainda um apelo

contra o que chamou de uma nova guerra fria.

"Nosso planeta não pode bancar um futuro onde as duas maiores economias dividiram o globo, cada uma com suas próprias regras financeiras e de comércio, com capacidades de internet e inteligência artificial diferentes", ponderou.

Violência contra mulher - Guterres afirmou que deve haver um esforço conjunto, em escala global, para cessar crescentes violações de direitos contra mulheres e meninas. "Existe uma guerra silenciosa contra as mulheres. Prevenir e terminar [o conflito] requer a mesma quantidade de recursos e compromissos investidos em outras formas de guerra."

Contratos sociais - O representante da ONU solicitou que haja um novo "contrato global", de vários termos, que dê fim ao racismo, à exclusão, à discriminação e estabeleça o acesso universal à saúde. Segundo Guterres, um projeto de "verdade básica universal" também deve estar no centro dos interesses da comunidade global.

China promete "neutralidade carbônica" até 2060

O presidente chinês, Xi Jinping, prometeu reduzir as emissões de carbono e alcançar a "neutralidade carbônica" antes de 2060. A China é o maior emissor de gases de efeito estufa do mundo, mas assumiu perante a Organização das Nações Unidas (ONU), terça-feira (22), uma agenda climática ousada.

No mundo anual da Assembleia Geral ONU, Xi Jinping disse que a China pretende adotar metas climáticas muito mais rígidas e não alcançar a "neutralidade de carbono antes de 2060". A redução da emissão de gases poluentes como o carbono pode ser uma forma de promover os Estados Unidos, mas pode ser crucial no combate às alterações climáticas.

Em videoconferência da Assembleia Geral da ONU, o pro-

presidente chinês reiterou o apoio ao Acordo Climático de Paris e pediu que o mundo tenha como meta a proteção do meio ambiente quando ultrapassar a pandemia da covid-19.

"O nosso objetivo é atingir o pico das emissões de dióxido de carbono antes de 2030 e alcançar a neutralidade de carbono antes de 2060", afirmou o presidente chinês em discurso, acrescentando que a pandemia mostrou que o mundo precisa mudar.

"A humanidade não pode ignorar indolentemente os avisos da natureza e seguir o caminho tradicional de extração de recursos sem atenção à conservação, ao desenvolvimento à custa da proteção e explorando os recursos sem restrição", disse Xi Jinping.

Refugiados venezuelanos podem contribuir para desenvolvimento do Brasil

Os venezuelanos que buscam refúgio no Brasil, demandando sua saída devido à instabilidade política e à crise econômica, podem oferecer importante contribuição para o desenvolvimento brasileiro. Além dos aspectos culturais e políticos, eles podem atuar com mão de obra especializada em vários setores ou abrir seus próprios negócios.

A conclusão é de um grupo de pesquisadores ligados à Universidade de Brasília (UnB). Com o apoio da Agência das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur) e da delegação da União Europeia no Brasil, eles analisaram o perfil de alguns refugiados e imigrantes venezuelanos que conseguiram abrir seus próprios negócios no Brasil.

É o caso da terapeuta ocupacional Yilmay de Perdomo, 38 anos. Em 2016, ela e o marido decidiram se mudar para o Brasil, junto com os filhos. Especialista em educação inclusiva e em ergonomia industrial, Yilmay conta que não conseguiu validar o diploma venezuelano e, portanto, não arranjou emprego em sua área de atuação.

"Como eu tinha que ajudar meu marido a levar o sustento para casa, comecei a vender café da manhã na rua. Assim surgiu a ideia de criar alguma coisa minha", conta Yilmay, explicando que muitos de seus primeiros frequentes tinham curiosidade sobre a culinária venezuelana, o que a motivou a se reinventar e apostar na gastronomia.

GERAL

Doria: governo federal liberará R\$ 80 mi em 1º aporte de recursos para Coronavac

O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), anunciou que o governo federal fará o repasse inicial de R\$ 80 milhões ao Instituto Butantan para o desenvolvimento e ampliação da produção da vacina Coronavac, contra o novo coronavírus, em parceria com farmacêutica chinesa Sinovac. Na mês passado, o governo paulista oficializou a demanda de R\$ 1,9 bilhão ao governo federal para o desenvolvimento da vacina. O valor anunciado nesta quarta, 23, corresponde, portanto, a pouco mais de 4% do total solicitado.

Doria recebeu a informação sobre o aporte de João Gensky enquanto conversava em vídeo realizada remotamente no Palácio dos Bandeirantes,

sede do governo paulista. Gensky se reuniu com o ministro da Saúde, Eduardo Pazuello.

"Aproveito para agradecer ao ministro Pazuello e toda sua equipe pela postura republicana, técnica e correta de emergir a vacina do Instituto Butantan com a Sinovac como uma das vacinas necessárias ao povo brasileiro. E por ter uma visão que não é vinculada a nenhuma questão partidária, política ou ideológica como deve ser", disse Doria.

O governo estadual tem também um programa de distribuição de empresas privadas que, até a última semana, havia arrecadado R\$ 97 milhões destinados a multiplicar a produção da vacina.

Números de multas e de focos de queimadas no MS já superam 2019

Entre janeiro e agosto deste ano, o Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (Imasul) aplicou R\$ 3,77 milhões em multas por incidentes que resultaram em danos ambientais. Segundo o próprio instituto, o valor é 43% superior aos R\$ 2,34 milhões em multas lavradas durante todo o ano passado.

Ainda de acordo com o órgão, vinculado à secretaria estadual de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (Semaagro), as sanções são resultado de 42 autuações registradas até o fim de agosto. Ao longo de todo o ano passado, houve 20 autuações. Em 2019, foram 15.

Não só o número de autuações e o valor total das multas aumentaram este ano, mas também a abrangência das cidades onde os responsáveis por incidentes causadores de prejuízos ambientais foram identificados. Já entre janeiro e o fim de agosto deste ano foram aplicadas multas em 28 cidades sul-mato-grossenses. Em 2019, as multas desta natureza foram lavradas em 13 municípios. No ano anterior, em 2018, foram 11 municípios.

Essa nota divulgada no último fim de semana, o governo estadual explicou que estes resultados não incluem ainda os



Nos primeiros 8 meses de 2020 foram 42 multas; em 2019 foram 20.

Cada hectare corresponde às medidas aproximadas de um campo de futebol oficial.

De acordo com dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), órgão vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, entre janeiro e o fim de agosto deste ano, imagens de

satélite registrou 6.540 focos de queimadas no Mato Grosso do Sul. É um número 37% maior que os 4.749 focos identificados no mesmo período de 2019.

Em 2018, nos mesmos oito meses, foram identificados 1.369 focos de queimadas em todo o estado.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Mário Antônio Lopes de Costa
Diretor

Marcos Henrique
Comercial

www.diariodenoticias.com.br

Agência Mariana
Administração

Valter Lana
Editor responsável

mdn@diariodenoticias.com.br
e-mail

Contato: 50 3554-0035

mario@diariodenoticias.com.br

Parceria: DIÁRIA

AMS EDITORA LTDA

Av. Nave do Sul, 4935 - C. 76 B

Jd. Pacatuba - Cap. 01407-200

CNPJ nº 06.558.376/0001-07

São Paulo - SP

Administração:

Rua Samuel Mota, 120, c. 81

Quinta Moisés - Cap. 04578-060

São Paulo - SP

anarec
www.anarec.org.br

ANJ
Associação Nacional de Jornalismo

IMPRESSO
CNPJ nº 06.558.376/0001-07

POLÍTICA

Carlos Bolsonaro comprou imóvel com dinheiro vivo



Carlos Bolsonaro é investigado por suspeita de nomear em seu gabinete funcionários que lhe responderiam, realmente ou em parte, seus salários.

O vereador carioca Carlos Bolsonaro (República) tinha apenas 20 anos, em 2003, quan-

do se dirigiu a um cartório no centro do Rio e pagou R\$ 150 mil em dinheiro por um imóvel.

O montante corresponde hoje a R\$ 366 mil, investigado pelo IPCA. Investigado por suposto-

mente se apropriar dos salários dos funcionários "fantasmas" na Câmara Municipal, Carlos vai disputar o novo mandato estadual.

O apartamento pago em "moeda corrente do País, contada e achada certa", como diz a escritura que oficializou o negócio, fica na Rua Itacuruçá, na Tijuca, zona norte, e ainda pertence ao parlamento. Na eleição de 2016, ele declarou que o imóvel valia R\$ 205 mil. O documento de compra e venda foi obtido pelo Estadão no cartório em que o negócio foi fechado. Foi a primeira aquisição imobiliária de Carlos, lançado pelo pai, o hoje presidente Jair Bolsonaro, a política em 2000, antes de fazer 18 anos. Procurado, o vendedor não respondeu à reportagem.

Uma advogada citada pelo Estadão sob condição de anonimato disse que a expressão "moeda corrente, contada e achada certa" na escritura não deixa dúvidas de que o pagamento foi feito em espécie. Essa prática não é crime, mas costuma ser apontada como indicio de suposta lavagem de recursos, já que não deixa rasto no sistema financeiro se não passar por um banco.

ABI diz que Bolsonaro mentiu em discurso na ONU

Em nota enviada na noite de terça-feira, 22, a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) criticou o presidente Jair Bolsonaro pelo conteúdo de seu discurso na abertura da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), também na terça.

Segundo a ABI, Bolsonaro mentiu e contribuiu para que o Brasil "caminhe para se tornar um páris internacional". "Sem qualquer compromisso com a verdade, o presidente afirmou que seu governo pagou um auxílio emergencial no valor de mil dólares para 65 milhões de brasileiros carentes, durante a pandemia. O auxílio foi de 600 reais", afirma a nota, assinada pelo presidente da ABI, Paulo Jesuino.

"O presidente responsabilizou índios e caboclos pelas

incêndios na Amazônia e no Pantanal, que alcançam níveis nunca antes vistos no País. Todas as investigações, inclusive de órgãos oficiais, indicam que fazendeiros estão na origem das queimadas", segue a mensagem da ABI.

"O presidente transferiu a responsabilidade para governadores e prefeitos pelos quase 140 mil mortos vítimas das coronavírus. Todo o país e testemunha de sua levandade, ao classificar a pandemia de 'gripezinha' e ir na contramão dos procedimentos defendidos pelas autoridades de saúde", afirma a nota, concluindo: "A ABI repudia esse comportamento que vem se tornando recorrente e conclama o povo brasileiro a não aceitar o verdadeiro retrocesso civilizatório".

Senado aprova recriação do Ministério das Comunicações

Ontem (23), durante o segundo dia de votações se-creprensais, o plenário do Senado aprovou a MP 980, que recria o Ministério das Comunicações. O texto segue para sanção presidencial.

Em junho deste ano, sob o comando do ministro Fábio Faria (PSDB), a pasta voltou ao mapa da Esplanada dos Ministérios a partir do desmembramento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, por medida provisória.

Embaixadas - Até as 14h30, os senadores aprovaram 16 indicações de nomes para ocupar embaixadas brasileiras em diversos países como Chile, Timor-Leste e Irã. Os indicados foram aprovados e aprovados na segunda-feira (21) pela Comissão de Relações Exteriores

da Casa.

STM - Os senadores também aprovaram as indicações ao Superior Tribunal Militar (STM) dos almirantes de esquadra Leonardo Puntel e Celso Luiz Nazareth e do tenente-brigadeiro de ar Carlos Augusto Alvariz Rivera.

Cidades - Desde a adoção das deliberações remotas, em março deste ano, por causa da pandemia do novo coronavírus (covid-19), esta é a primeira semana que a Casa tem sessões com a presença física de senadores. A votação de indicação de autoridades é secreta e não pode ser feita a partir do sistema biométrico da Casa. Para garantir a segurança dos parlamentares do grupo de risco, voters de votação foram instalados em sistema drive thru.

Polícia e MP-MG ampliam investigações sobre fraudes na Cidade Administrativa

O Ministério Público de Minas Gerais deflagrou na manhã de ontem, 23, uma operação para ampliar investigações sobre supostos crimes de peculato, corrupção e lavagem de dinheiro cometidos na execução das obras da Cidade Administrativa, complexo situado na região metropolitana de Belo Horizonte. Segundo a Promotoria, a operação é um desdobramento das apurações que culminaram no julgamento do deputado federal Adilson Neves (PSDB-MG) e de outros 11 pessoas em razão de esquema de superfatura-

mento na construção da rede do Executivo mineiro.

Mais de 60 agentes cumpriram 12 mandados de busca, sendo que entre os alvos da operação estavam três endereços residenciais e nove empresas. As atividades contam com o apoio dos Ministérios Públicos do Rio e de São Paulo. Segundo a Promotoria mineira, as empresas investigadas teriam sido utilizadas não só para fornecer recursos destinados ao pagamento de projetos a agentes políticos e públicos, mas também para atuar na lavagem de dinheiro.

Já os alvos dos outros três mandados de busca estão entre as investigações que operam os recursos obtidos de forma ilícita, de modo a atuar na distribuição da propina e na lavagem de ativos ilícitos, diz o MP de Minas.

Os promotores apontaram ainda que as ordens compradas ostentam firmas expedidas com fundamento em fatos criminosos apontados em acordos de colaboração premiada firmados pelo MP-MG.

As investigações que servem como base para a operação do

MP-MG foram concluídas, em maio, quando o deputado federal Adilson Neves (PSDB-MG) e outros onze pessoas foram indicados pela Polícia Federal pelos crimes de corrupção passiva e ativa, desvio de recursos públicos e falsidade ideológica em razão de esquema de superfaturamento na construção da Cidade Administrativa de Minas Gerais.

Tais apurações se desdobram sobre fatos relatados por denunciantes e ex-atores do Grupo Odebrecht que tornaram delação premiada com o STF.

ECONOMIA

Investimento direto no país (IDP) soma US\$ 1,430 bilhões em agosto, diz BC

Em um ambiente de incertezas sobre o futuro do Brasil, na esteira da pandemia do novo coronavírus, os Investimentos Diretos no País (IDP) somaram US\$ 1,430 bilhão em agosto, informou nesta quarta-feira o Banco Central.

No acumulado de ano até agosto, o ingresso de investimentos estrangeiros destinados ao setor produtivo somou US\$ 26,957 bilhões. A estimativa do BC para este ano é de IDP de US\$ 55,0 bilhões. Este valor será atualizado por meio do Relatório Trimestral de Inflação (RTI).

No acumulado dos 12 meses até agosto deste ano, o saldo do investimento estrangeiro ficou em US\$ 54,461 bilhões, o que representa 3,81% do Produto

Interio Bruto (PIB).

Retorno de lucros - A reversão de lucros e dividendos de companhias sediadas no Brasil para seus matizes foi de US\$ 276 milhões em agosto, informou o Banco Central. A saída líquida representa um volume inferior aos US\$ 1,339 bilhões que foram enviados em igual mês do ano passado, já descontados os ingressos.

No acumulado de ano até agosto, a saída líquida de recursos via retorno de lucros e dividendos alcançou US\$ 13,470 bilhões. A expectativa do BC é de que a reversão de lucros e dividendos de 2020 some US\$ 13,2 bilhões. Esta projeção, no entanto, será atualizada anualmente por meio do Relatório Trimestral de Inflação.

Setor externo tem superávit de US\$ 3,721 bi em agosto, revela Banco Central

Após o superávit de US\$ 1,628 bilhão em julho, o resultado das transações correntes ficou positivo em agosto deste ano, em US\$ 3,721 bilhões, informou ontem, 23, o Banco Central (BC). Este é o melhor resultado para meses de agosto na série histórica do BC, iniciada em 1995.

Os dados refletem os efeitos da pandemia do novo coronavírus, que a partir de março se intensificou no Brasil, reduzindo o volume de importações de produtos. A autarquia projetava para o mês passado superávit de US\$ 2,2 bilhões na conta corrente.

A balança comercial registrou saldo positivo de US\$ 5,969 bilhões em agosto, enquanto a conta de serviços ficou negativa em US\$ 1,946 bilhão. A conta de renda primária também ficou deficitária, em US\$ 1,035 bilhão. No caso da conta financeira, o resultado ficou positivo em US\$ 3,964 bilhões. No acumulado do ano até agosto, o saldo nas contas externas soma US\$ 8,239 bilhões. A estimativa atual do BC é de déficit em conta corrente de US\$ 13,9 bilhões em 2020. Este cálculo, no entanto, será atualizado anualmente por meio do Relatório Trimestral de Inflação (RTI).

IPC-S acelera a 0,70% na terceira quadrissemana de setembro, revela FGV

O Índice de Preços ao Consumidor - Semanal (IPC-S) subiu 0,70% na terceira quadrissemana de setembro, segundo informou ontem, 23, a Fundação Getúlio Vargas (FGV). O indicador ganhou tração e ficou 0,32 ponto percentual acima da taxa de 0,38% registrada na segunda quadrissemana do mês.

A inflação acelerou em cinco das sete classes de despesas que compõem o IPC-S. O destaque ficou com o grupo Habitação, Lazer e Recreação, cuja taxa saltou de 1,36% para 2,11%, puxada pelo item passagem aérea (36,11% para 26,97%).

Também houve aceleração no conjunto de preços de Alimentos (3,20% para 3,39%), pressionado por arroz e feijão (3,04% para 3,07%), Vestuário (0,47%



FGV-IPG Alimentação aquece e acelera o índice.

para -0,34%, com tecidos e material (0,62% para -0,12%), Comunicação (0,01% para 0,07%), devido à alta de mensalidade para TV por assinatura

(0,05% para 0,18%), e Habitação (0,49% para 0,50%), com aparelho telefônico celular (-0,47% para 0,29%). As outras três classes de despesa tiveram desce-

lção nas suas taxas. Houve alívio em Saúde e Cuidados Pessoais (-0,42% para -0,49%), devido ao comportamento de medicamentos em geral (0,32% para 0,11%), Transportes (1,05% para 1,07%), com arrefecimento em preço para automóvel (1,02% para 0,08%), e Despesas Diversas (0,26% para 0,29%), por causa da desaceleração em cigarro (0,61% para 0,29%).

Indicadores individuais - Os principais responsáveis pela aceleração do IPC-S na terceira quadrissemana de setembro ante a segunda leitura foram gasolina (3,23% para 3,31%), arroz (8,29% para 11,90%), óleo de soja (38,84% para 24,92%) e leite tipo longa vida (3,91% para 3,82%), além de passagem aérea.

Confiança do consumidor sobe 3,2 pontos em setembro ante agosto, diz FGV

A confiança do consumidor aumentou 3,2 pontos em setembro ante agosto, na série com apelo sazonal, informou ontem a Fundação Getúlio Vargas (FGV). O Índice de Confiança do Consumidor (ICC) subiu a 33,4 pontos. Apesar da sequência de cinco resultados positivos, o ICC permanece abaixo do patamar pré-pandemia, de 37,3 pontos, alcançado em fevereiro.

"A confiança dos consumidores segue em setembro a trajetória de recuperação iniciada em maio, com avanços em todas

as faixas de renda e capitais. Apesar disso, chama atenção as expectativas ainda pessimistas dos consumidores de baixa renda com relação à situação financeira familiar nos próximos meses, algo que está provavelmente relacionado à proximidade do fim dos pagamentos dos benefícios emergenciais, um fator de incerteza e de preocupação a essas camadas, que são a maior parcela da população brasileira. Sem uma recuperação do mercado de trabalho mais expeditiva, é possível que a

confiança ainda continue avançando de forma lenta e heterogênea", avalia Viviane Sada Bittencourt, coordenadora das Pesquisas do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre/FGV), em nota oficial.

Em setembro, o Índice de Expectativas (IE) avançou 4,4 pontos, para 91,3 pontos.

O componente que mede a satisfação presente dos consumidores com a economia teve

alta de 0,7 ponto, para 75,8 pontos este mês. Já o item de finanças familiares no momento atual cresceu 1,5 ponto, para 69,9 pontos. Ambos permanecem em patamar baixo em termos históricos.

Pelo lado das expectativas, o componente que mede a otimista sobre a situação econômica nos próximos meses aumentou 0,9 ponto, para 112,6 pontos. O item de expectativas em relação à situação financeira familiar cresceu 3,5 pontos, para 94,6 pontos.

GERAL

PGR de aras abriu 121 inquéritos em um ano e já bate biênio da 'era Raquel Dodge'

A Procuradoria-Geral da República (PGR) começou a divulgar dados sobre o primeiro ano de gestão do procurador-geral da República, Augusto Aras, à frente do Ministério Público Federal (MPF).

Desde setembro de 2019, quando Aras foi indicado ao cargo pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido), foram abertas 121 novas frentes de investigação. O número já ultrapassou todo o biênio da antecessora Raquel Dodge. Sob o comando da procuradora, 96 inquéritos foram instaurados entre 2017 e 2019.

Além disso, nos últimos 12 meses, foram apresentadas 28 denúncias contra 92 pessoas, sendo 7 ao Supremo Tribunal Federal e 19 ao Superior Tribunal de Justiça.

"A esfera criminal se mantém como um dos pilares do trabalho e, desde o fim de setembro de 2019, tem se intensificado no exercício da atribuição institucional da persecução penal, mobilizando uma equipe formada por magistrados auxiliares e servidores, orientada a agitar o andamento dos casos apontados, sempre que possível, na solução

extrajudicial", informou, em nota, a Secretaria de Comunicação Social da PGR.

Os acordos de colaboração premiada são prioridade na gestão, segundo a Procuradoria. Até aqui, foram assinados 19 deles, incluindo o do ex-secretário de Saúde do Rio de Janeiro, Edmar Santos, que subornou o afastamento do governador do Rio, Wilson Witzel (PSC), e integrou duas denúncias sobre corrupção da Executiva fluminense.

Em outra frente, a PGR fechou dois acordos de não persecução penal com investigados em processos no Supremo Tribunal Federal. Regulamentado pela Lei Anticorrupção (Lei 13.964/2019), o instrumento permite que o MP desista de denunciar o investigado à Justiça mediante a confissão do delito e o cumprimento de condições acordadas entre as partes. A medida vale para crimes cometidos sem violência ou grave ameaça, com pena máxima inferior a 4 anos de reclusão, e sem crescimento em todo o MPF, segundo informou a instituição. Em 2020, foram firmados 3.892 acordos do tipo no País.

Fase 75ª da Lava Jato mira em propinas em contratos de navios da Petrobras

A Polícia Federal (PF) divulgou na manhã de ontem, 23, a 75ª fase da Operação Lava Jato, denominada Bloemati. Cerca de 50 agentes cumpriram 25 mandados de busca e apreensão no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Itaipava. Além disso, foram expedidas ordens para bloqueio de valores dos investigados.

A operação tem como base de ação que revelou supostos crimes de corrupção, evasão de divisas e lavagem de dinheiro durante o processo bilionário de contratação pela Petrobras da fabricação de navios lançadores de torpedos (PLSV). As informações foram apresentadas ao Ministério Público Federal por labistas que atuaram junto a funcionários da companhia e agentes públicos com influência no estatal.

A PF aponta que um dos investigados supostamente obtinha indevidamente informações privilegiadas junto a setores técnicos da Petrobras para a formulação das propostas vencedoras da licitação. Já os labistas delatores teriam ficado responsáveis por garantir, por meio de contatos

políticos, que as empresas estrangeiras viessem a ser incluídas no processo competitivo.

Em paralelo às investigações, a PF recebeu informações de que autoridades holandesas também conduziam investigações relacionadas a "situações suspeitadas para o fornecimento dos navios lançadores de torpedos (PLSV)".

"As empresas estrangeiras relacionadas à licitação, por sua natureza, subcontrataram uma companhia holandesa para execução do serviço licitado, a qual está representada por um dos empreiteiros brasileiros investigados, e que, em virtude dos fortes laços comerciais, também realizou pagamentos ilícitos aos envolvidos", registra a PF em nota.

Segundo a corporação, a operação foi planejada para revelar base de "fugas criminosas e atividades ilícitas, apalancando o rastreamento dos recursos de origem criminal propina e a conclusão da investigação policial em todas as suas circunstâncias, inclusive com autorização para compartilhamento dos seus resultados com as autoridades da Holanda".

Rompido com bolsonarismo e isolado, governador de SC está próximo de afastamento

Em um ano e nove meses, o governador de Santa Catarina, Carlos Moisés (PSL), foi do zero ao infâmico. Novato na política, o ex-militar militou ativamente na onda da negação da política e se elegeu com 71% dos votos no segundo turno de 2018. Rompeu um ciclo político de décadas no Estado e seu partido, o único que elegeu o presidente Jair Bolsonaro, fez sua caduça na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alcsc).

Com a segunda maior bancada no primeiro ano de governo, conquistou maioria no Parlamento e chegou a ser eleito de 28 dos 40 deputados. Mas o rompimento com o bolsonarismo, uma queda de braço com a

Assembleia por causa de impugnações, falta de articulação e denúncias de fraudes no combate à pandemia do novo coronavírus levaram ele a um processo de impeachment. Nesta quarta-feira, 23, a Assembleia e o Tribunal de Justiça do Estado vão definir os cinco representantes de cada Casa que terão papel de comissão que vai julgar o processo de Moisés.

Após estabelecida, a comissão de deputados e desembargadores tem até 10 dias para iniciar a denúncia contra o governador e vice, Daniela Rorato. Se a acusação for aceita, os dois serão afastados por 180 dias. Esse tribunal tem até seis meses para julgar a denúncia de crime

de responsabilidade. O processo foi aberto em 22 de julho, e nele o governador e o vice são denunciados por terem requisitado o salário dos procuradores do Estado sem aprovação dos deputados. A líder do governo na Alcsc, Patrícia (PDT), reconhece que houve diálogo com deputados. "Quando assumi a liderança do governo tem fevereiro desse ano, essa situação já estava bastante desgastada, muitos deputados sequer tinham contato com o governador." O rompimento com o bolsonarismo começou ainda no primeiro ano de governo. Em junho de 2019, em entrevista ao Estado, Moisés afirmou Bolsonaro e disse que o presidente deveria "se preocupar com cois-

as mais importantes". Àquela altura, a sigla enfrentava um racha nacional com a polarização entre Bolsonaro e Luciano Bivar, presidente nacional do partido. Moisés tentou se descolar do presidente. A atitude não só o distanciou de Brasília como também da sua própria base local, sendo, aos poucos, seus correligionários do PSL, na Assembleia se tornaram os mais agitados opositores de sua gestão. Em março, já em meio a pandemia, Moisés gravou vídeo e criticou o posicionamento do presidente, contrários ao isolamento social. Em resposta, Bolsonaro declarou, também em vídeo: "Esse Carlos Moisés se despo com meu nome".

Cármem Lúcia é a 9ª autoridade que contraiu covid após posse de Fux

A ministra Cármem Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), é a nona autoridade que testou positiva para covid-19 após a confirmação de posse do ministro Luiz Fux, no último dia 18.

A informação foi confirmada por fontes próximas da reportagem. Procurados, o gabinete de Cármem não se manifestou até a publicação desta nota. A ministra passa bem.

A lista de autoridades incluídas pela nova contaminação também inclui Luiz Fux, o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Maria Cristina Peduzzi, o procurador-geral da República Augusto Aras, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), os ministros do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) Luis Felipe Salomão, Antônio Saldanha Pinheiro e Ilanedita Gonçalves, e o ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio.

Peduzzi foi transferida neste domingo, 20, para a unidade do Hospital Santa-Luiz em São Paulo. Diagnosticada com covid-19 após participar da cerimônia de posse no Supremo, Peduzzi está estável, em uso de cateter nasal de oxigênio e medicamentos venosos.

Segundo boletim divulgado às 15h de terça, ainda não há



A ministra Cármem Lúcia.

previsão de alta para Peduzzi. "A ministra está sendo acompanhada pelas equipes médicas dos profissionais doutores Roberto Kahl, David Uip e Carlos Cavalheiro", informou a assessoria do TST.

Fux tomou posse em cerimônia privada que reuniu cerca de 50 autoridades do Legislativo, Executivo e do Judiciário. O cerimonial do Supremo utilizou placas de acrílico entre as cadei-

ras dos ministros para reduzir o risco de contágio.

Em nota divulgada na semana passada, o STJ informou que "todas as medidas de segurança, protocolos e procedimentos recomendados pelo Ministério da Saúde e pela Organização Mundial da Saúde foram adotados rigorosamente para a realização da solenidade de posse da nova gestão". As medidas incluíam o uso obrigatório de máscara,

afirmação de temperatura dos profissionais e dos convidados da cerimônia, a disponibilidade de álcool em gel e adesivos indicadores de distanciamento social. "Além de estar segura quanto às medidas de proteção adotadas dentro de suas instalações, a Corte Suprema brasileira estuda novos procedimentos para tratar ainda mais segura a presença de servidores e visitantes do STJ", afirmou o STJ, em nota.

STJ mantém suspensa ação penal contra militares acusados de matar Rubens Paiva

Por unanimidade, a Quinta Turma do STJ decidiu manter suspensa a ação penal contra cinco militares acusados de envolvimento no morte do ex-deputado federal Rubens Paiva, em janeiro de 1975, durante a ditadura militar. O julgamento foi iniciado em maio e encerrado na tarde-feira dia 15, com voto do ministro Felix Fischer - que, após pedir vista do processo, acompanhou o relato, ministro José Ives Falcão.

O entendimento dos ministros do Superior Tribunal de Justiça foi de que a Lei da Anistia impede a punição dos militares em razão da prescrição do caso. O dispositivo legal, aprovado em agosto de 1979 por João Figueiredo, último presidente do regime militar (1964-1985), beneficiou todos aqueles

que cometeram crimes políticos de 1964 a 15 de agosto de 1979. São eles na ação o general reformado José Antônio Nogueira Belforte, ex-coronel reformado Rubens Paiva Sampaio e Raymundo Ramalho Campos e os ex-sargentos paraquedistas Jurandir Oshendert e Souza, que responderam por homicídio triplicado qualificado, ocultação de cadáver, associação criminosa e fraude processual.

A denúncia foi oferecida em maio de 2014, mais de 40 anos após o desaparecimento do ex-deputado. Segundo o MPF, Paiva foi morto nas dependências da Destacamento de Operações de Informações (DOI), no prédio do Estádio da Polícia de Exército na Tijuca, zona norte do Rio.

Na tentativa de marcar o processo, as defesas dos militares acionaram o Superior Tribunal de Justiça em 2015. O principal ponto de divergência entre os ministros, que impedia uma definição sobre o pedido, era sobre o caráter permanente do crime de ocultação de cadáver, nunca encontrado. Por fim, a Quinta Turma entendeu que a ocultação, praticada há 49 anos, não pode ser dotada de algum vício temporário, conforme alegava a acusação.

O caso ainda é alvo de uma reclamação no Supremo Tribunal Federal. Em setembro de 2014, o falecido ministro Teori Zavascki atendeu a um pedido apresentado pela defesa dos militares e concedeu liminar para suspender a tramitação da ação penal.

TSE vai testar votação online na eleição

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) vai testar as eleições municipais deste ano para testar mecanismos que, no futuro, poderão permitir votações pela internet, a partir do telefone celular - sem necessidade de comparecimento do eleitor às urnas. O novo sistema não vai valer para a disputa deste ano, mas é mais uma tentativa da Corte de ampliar a participação de eleitores no processo de escolha de seus representantes. O objetivo é também encontrar formas de reduzir custos do processo eleitoral, a exemplo de experiências de outros países. Um chamamento a empresas interessadas

em apresentar modelos virtuais que poderiam vir a ser utilizados foi publicado ontem. A ideia do TSE é distribuir estandes com sistemas experimentais, na votação de 15 de novembro, nas cidades de Curitiba (PR), Valparaíso de Goiás (GO) e São Paulo (SP). As companhias que se habilitarem poderão montar uma central de dados de locais de votação, em espaços abertos e com ampla cobertura. Os eleitores dessas cidades estarão livres para experimentar os sistemas e enviar dos próprios smartphones. Os testes não guardarão qualquer relação com as eleições oficiais de prefeito e vereador

res que acontecerão neste ano.

As demonstrações terão candidatos e partidos fictícios e não haverá compartilhamento de dados eleitorais com as empresas que se oferecerem para apresentar suas tecnologias.

A partir da experiência nas eleições de novembro, o TSE pretende debater estratégias para eventuais mudanças no sistema brasileiro de votações. Na Corte eleitoral há um grupo de trabalho que se dedica a estudar novas tecnologias para modernizar o processo. Segundo o TSE, não é possível dizer se ou quando um novo tipo de procedimento será implementado.

Aplicativo
DIÁRIO DE NOTÍCIAS BRASIL
Informação em tempo real.

Disponível na App Store

DISPONÍVEL NO Google play

CONTEXTO JURÍDICO

Supremo admite tramitação de ADPF contra súmula do TST sobre pagamento de férias em dobro

Por maioria, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que é possível o ajuizamento de arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) contra súmula de jurisprudência. A decisão se deu, na sessão virtual encerrada em 18/9, no julgamento do agravo regimental na ADPF 501.

O relator, ministro Alexandre de Moraes, havia estimado, sem resolução do mérito, a ação, ajuizada pelo governador de Santa Catarina contra a Súmula 450 do Tribunal Superior do Trabalho (TST). O enunciado prevê que o trabalhador receberá as férias em dobro em caso de atraso no pagamento. Para o relator, é inabrevável o emprego de ADPF contra enunciado de súmula de jurisprudência. O governador interpôs agravo regimental contra a decisão.

Entendimentos consolidados - No julgamento do agravo, o relator reafirmou seu voto e ressaltou que o pedido não especifica ato do Poder Público com conteúdo que evidencie ofensa à ordem constitucional. Segundo o ministro Alexandre de Moraes, o entendimento do Supremo é de que enunciados de súmula nada mais são que expressões sintetizadas de entendimentos consolidados no âmbito de um tribunal. Os ministros Edson Fachin, Roberto



Segundo o ministro Alexandre de Moraes, o entendimento do Supremo é de que enunciados de súmula nada mais são que expressões sintetizadas de entendimentos consolidados no âmbito de um tribunal.

Barroso e Rosa Weber acompanharam esse entendimento. **Preceitos abstratos** - Por maioria, no entanto, o voto divergente do ministro Ricardo Lewandowski pelo provimento do recurso para permitir o prosseguimento da ação. Segundo ele, há precedentes em que o Supremo entende ser cabível a ADPF contra súmulas quando estas anunciam preceitos gerais e abstratos.

A seu vez, também está atendo, no voto, o principal da subordinação, que exige o esgotamento de todas as vias possíveis para sanar a lesão ou a ameaça de lesão a preceitos fundamentais ou a verificação da inutilidade de outras vias para a preservação do preceito. "Não há instrumento processual capaz de impugnar atores e recorrer que serão obediência com base em preceito impositivo no

âmbito da Justiça Trabalhista", afirmou. "Desde então, o voto do voto é o uso da ADPF como meio idóneo para, em controle concentrado de constitucionalidade, atacar ato do Poder Público que tem gerado controvérsia judicial relevante".

Os ministros Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Luiz Fux, Cármen Lúcia e Dias Toffi também acompanharam a corrente divergente.

Rosa Weber manda notícia-crime contra Decotelli por falsidade ideológica

A ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal, remeteu para a primeira instância uma notícia-crime apresentada contra o economista da Educação Carlos Alberto Decotelli por falsidade ideológica. O processo foi remetido após o professor perder o foro privilegiado. Na última quarta, 16, a Procuradoria-Geral da República defendeu o envio do caso para a Justiça Federal do Distrito Federal.

O despacho de Rosa mandou o processo para uma das Varas Criminais do Distrito Federal. Decotelli foi o terceiro ministro da Educação do governo Bolsonaro, substituindo Abraham Weintraub. O economista deixou o cargo antes mesmo de ser composto após questionamentos de universidades brasileiras e estrangeiras sobre sua comprovação em seu currículo. Decotelli foi ministro por cinco dias.

A primeira contradição foi apresentada pela Universidade Nacional do Rio Negro, na Argentina. O reitor da instituição, Franco Bartolacci, relatou que Decotelli não tinha concluído



O despacho de Rosa mandou o processo para uma das Varas Criminais do Distrito Federal.

o doutorado, diferente do que constava em seu currículo e anunciado pelo presidente Bolsonaro quando indicou no cargo.

O ex-ministro retira a menção à conclusão da turma, afir-

mado apenas que concluiu os estudos necessários, mas não apresentou a tese, requisito obrigatório para o título de doutor. A época, Decotelli disse que não apresentou a tese porque não tinha mais interesse em perma-

necer na Argentina. A notícia-crime apresentada pelo advogado Ricardo Henrique Schmidt acusa Decotelli de cometer falsidade ideológica por prestar declaração falsa na Plataforma Lattes.

Tribunal vai decidir se 'juiz dos ingleses' pode ter sala com notebook na prisão

O Órgão Especial do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), na capital paulista, foi chamado a decidir sobre um pedido apresentado pela defesa de Leonardo Nali de Melo, o "juiz dos ingleses", para garantir ao magistrado uma sala na sede da Superintendência da Polícia Federal em São Paulo, onde está preso preventivamente, para se reunir com seus advogados. Outra demanda é que no local seja disponibilizado um computador, sem acesso à internet, para que o juiz possa ler a íntegra dos autos e da denúncia em que é acusado de corrupção, peculato, lavagem de dinheiro e organização criminosa.

Na avaliação dos investigadores, caso seja atendido, o pedido configuraria "privilégio", uma vez que reduziu outro prisioneiro em custódia no local foi contemplado com tratamento semelhante, e abriria um precedente para outros presos. O caso, que foi arquivado em junho

do TRF3, conta com três votos favoráveis ao juiz e algumas manifestações contrárias, mas um desembargador pediu vista e a votação está suspensa.

O pleito, segundo a defesa, é para que o juiz possa se comunicar com seus advogados em uma sala, sem barreiras físicas, conforme prevê a Constituição, e possa estudar os autos, que constam com mais de 20 mil páginas, além de documentos mídias, com áudio e vídeo.

"Em última análise, trata apenas de solicitar a viabilidade material de exercer o seu direito de defesa de forma plena, como lhe assegura a Constituição Federal. A defesa se compõe não apenas da possibilidade de defesa técnica, exercida pelos advogados, mas é consubstanciada pela soma desta com autodefesa, exercida pelo réu. É isso somente que se pode se este tiver acesso aos elementos culturais no processo", afirmou o advogado Leonardo Manuel.

TJ suspende sessões presenciais na Alesp; análise de pacote fiscal é adiada

As sessões presenciais na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) foram suspensas após uma decisão judicial que visa preservar a saúde dos deputados estaduais, após a deputada Milena da Roca Almeida (PSOL) entrar com um pedido de medida cautelar.

A suspensão dos trabalhos pode atrapalhar ainda mais o análise do pacote fiscal proposto pelo governador João Doria (PSDB), que está há mais de um mês na Comissão de Constituição e Justiça e Redação (CCJR) da Assembleia.

Uma reunião da comissão teve poucas discussões nesta terça-feira, 22, e o projeto não avançou. A comissão apreciava o relatório do líder do deputado Carlos Piguetari, líder do governo Doria na Assembleia, sobre a reforma administrativa. Segundo o governador, a proposta é de que a apresentação do relatório seja feita nesta quarta, 23.

Caso também em regime de urgência, o projeto seguirá para votação do plenário mesmo que não tenha sido aprovado nos comitês. O prazo para a votação é de 45 dias, contados a partir da entrega pelo governo no dia 13 de agosto, que devem vencer no início da próxima semana.

O pacote já recebeu mais de 300 emendas dos parlamentares e mais de 200 artigos de entidades sem fins lucrativos, profissões e câmaras municipais, que podem alterações no texto. Antes do encaminhamento da reunião, o projeto de lei estava parado para análise em duas comissões no mesmo dia.

"É importante para a população que as propostas sejam pelas comissões", afirmou Piguetari. "É esse o momento em que os deputados podem debater e melhorar a proposta. Infelizmente, hoje, alguns deputados resolveram causar também ao nível de seguir, propriamente", disse o parlamentar.

STF mantém obrigação de locadoras terem cota de veículos adaptados

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) manteve, por unanimidade, a obrigação de as locadoras de veículos terem carros adaptados a pessoas com deficiência na proporção de um para cada 20 veículos, conforme previsto no Estatuto da Pessoa com Deficiência.

A norma era questionada no Supremo pela Confederação Nacional dos Transportes (CNT), para a qual o percentual de 2% da frota adaptada foi estabelecido com critérios inadequados, sem refletir o real proporção de deficientes aptos a dirigir na população, que seria bem menor. A regra violaria ainda o princípio constitucional da livre iniciativa, argumentou a entidade.

Censurado, a relatora do caso, ministra Cármen Lúcia, considerou a norma inconstitucional, por efetivar direitos das pessoas com

deficiência previstos nos ordenamentos jurídicos nacional e internacional. "Não se vislumbra, na espécie, contrariedade ao princípio da livre iniciativa, porque [a norma] concretiza os direitos fundamentais de mobilidade pessoal e de acesso à tecnologia assistiva." Para a ministra, tampouco cabe ao Judiciário verificar a adequação do percentual estabelecido para veículos adaptados, uma vez que não já foi feito pelo Poder Legislativo. Cármen Lúcia reafirmou ainda a alegação de que o Estatuto da Pessoa com Deficiência teria exigências técnicas impossíveis de cumprir. A CNT questionou, por exemplo, o previsto na lei de que os carros adaptados tenham, ao mesmo tempo, câmbio automático e embreagem manual. A entidade também argumentou que há diferentes tipos de deficiências, a exigir soluções técnicas diversas.

CNJ aprova restrição para soltura de presos por covid-19

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou hoje (22) a resolução que restringe os casos em que presos podem ser soltos em função da covid-19. Na semana passada, o presidente do conselho, ministro Luiz Fux, assinou a recomendação, mas a norma ainda dependia de aprovação pelo plenário. A votação foi unânime.

De acordo com a Recomendação nº 78, pessoas acusadas de corrupção, lavagem de dinheiro, crimes hediondos e violência doméstica não podem ser beneficiadas com a saída da prisão provisória ou do regime de cumprimento de pena.

A decisão do ministro restringe a Recomendação nº 62,

editada em março pelo ex-presidente Dias Toffi. A norma anterior do CNJ abria a possibilidade de soltura a todos os presos.

Pelas duas resoluções do CNJ, juízes e tribunais devem avaliar a necessidade das medidas adotadas para evitar a propagação do novo coronavírus nas penitenciárias.

Devem ter prioridade os casos de gestantes, lactantes, mães ou pessoas responsáveis por criança de até 12 anos, idosos, indígenas, pessoas deficiente ou que se enquadram no grupo de risco.

O CNJ também aprovou uma resolução para estabelecer cotas raciais nas seleções de estagiários nos tribunais do país.

Súmula que veda equiparação de vencimentos a servidor público se aplica a auxílio-alimentação

Por unanimidade de votos, o Plenário Virtual do Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que a Súmula Vinculante (SV) 37 se aplica a quaisquer verbas pagas a servidores públicos de carreira doméstica, mesmo elas serem indenizatórias, de vantagem ou remuneração. O voto foi determinado que "não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de economia". A decisão foi tomada no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 710293, com repercussão geral reconhecida (Tema 600), na sessão virtual encerrada em 18/9.

Auxílio-alimentação - O caso teve origem em ação ajuizada por um servidor do Insti-

tuto Nacional do Seguro Social (INSS) que, com fundamento no princípio constitucional de isonomia de vencimentos entre servidores, pleiteou revisão de seu auxílio-alimentação e sua equiparação com o benefício concedido a servidores do Tribunal de Contas da União (TCU). O pedido foi julgado improcedente pela Justiça Federal de primeiro grau em Santa Catarina, mas acatado pela 3ª Turma Recursal da Justiça Federal em Santa Catarina, que afastou a incidência da Súmula 339 do STF (atual SV 37) e declarou inconstitucionalidade de duas portarias do Ministério do Planejamento referentes à fixação dos valores devidos a título de auxílio-alimentação.

Desmatamento e efeito estufa são tratados por pesquisadores na audiência pública sobre Fundo do Clima

Pesquisadores de relevantes instituições da área climática participaram, terça-feira (22), da audiência pública no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o financiamento do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo do Clima). O evento foi convocado pelo ministro Luiz Roberto Barroso, relator da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 798.

Interesses nacionais - O pesquisador sênior do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) Beto Veríssimo frizou que o desmatamento é absolutamente desnecessário no atual momento da Amazônia. "A floresta tem um valor crescente do ponto de vista da prestação de serviços ambientais, seja no valor da sua biodiversidade, seja no seu potencial na bio-

economia", afirmou. Segundo ele, das áreas desmatadas, só 10% estão sendo usadas na agropecuária, 30% estão abandonadas e 60% estão subaproveitadas. "O mercado não quer produtos oriundos do desmatamento", disse.

Para ele, a solução passa por uma política de Estado que coloque os interesses nacionais acima das disputas ideológicas. "A conservação e o desenvolvimento sustentável deveriam obter o mesmo consenso que o Brasil alcançou com as políticas econômicas que levaram ao fim da hiperinflação. Em um mundo ameaçado pelas mudanças climáticas, a conservação da Amazônia tem um papel chave para mitigar esses impactos e assegurar um papel estratégico para o Brasil como potência ambiental no século 21", sustentou.

LEIS & PROJETOS

Anteprojeto sobre uso de dados na segurança pública deve ficar pronto em novembro

Alô Geral de Proteção de Dados, cuja maioria dos artigos entrou em vigor recentemente (veja tabela abaixo), não se aplica ao tratamento de dados para fins de segurança pública. Por isso, um grupo de trabalho foi criado pela Câmara dos Deputados para propor um anteprojeto de lei que regularize, não como a proteção de informações que serão usadas na investigação criminal, porém sempre respeitando os direitos fundamentais", destaca.

A especialista acrescenta a necessidade de se acompanhar o acesso aos dados por parte dos órgãos de segurança pública com os direitos do cidadão, levando em conta ainda os avanços tecnológicos.

"O grupo de trabalho está observando o impacto das novas tecnologias, como a reconhecimento facial e outras sobre os direitos fundamentais das pessoas. E prevê que o anteprojeto de lei também traga normas nesse sentido", adianta. "Ainda existem algumas experiências internacionais que estão começando a tratar do tema."

Scheriel, da Universidade de Brasília, a nova legislação terá inspiração na Lei Geral de Proteção de Dados, mas procurando adaptar princípios, direitos e regras ao ambiente particular da segurança pública.

"Nos temos o direito à proteção de dados, à privacidade e a gente sabe que é fundamental buscar o interesse público na investigação criminal, porém sempre respeitando os direitos fundamentais", destaca.

A especialista acrescenta a necessidade de se acompanhar o acesso aos dados por parte dos órgãos de segurança pública com os direitos do cidadão, levando em conta ainda os avanços tecnológicos.

"O grupo de trabalho está observando o impacto das novas tecnologias, como a reconhecimento facial e outras sobre os direitos fundamentais das pessoas. E prevê que o anteprojeto de lei também traga normas nesse sentido", adianta. "Ainda existem algumas experiências internacionais que estão começando a tratar do tema."

Projeto obriga SUS a oferecer laringe eletrônica para pacientes sem fala

O Projeto de Lei 4124/20 torna obrigatória a distribuição de aparelho conhecido como "laringe eletrônica" para pacientes que tiveram o órgão retirado em decorrência de câncer e, por isso, perderam a fala.

O aparelho deverá ser oferecido gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS) de acordo com a proposta, que tramita na Câmara dos Deputados.

Trata-se de um dispositivo que permite a produção de fala a partir da produção de vibração pelo aparelho, que é transmitida através dos tecidos externos do pescoço ou bochecha. O aparelho é comercializado pela

internet por cerca de R\$ 2 mil. O autor, deputado Paulo Bengtson (PSB-PA), explica que o dispositivo é fundamental para que o paciente possa voltar a se comunicar sem a necessidade de uso de próteses. "A tecnologia tem a vantagem de permitir a comunicação do paciente com relativa facilidade praticamente imediatamente após a cirurgia. Seu uso é considerado mais ágil e fácil", argumenta.

Bengtson destacou ainda que a distribuição gratuita foi defendida durante audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal em 2017.

PL aumenta para até 6 anos de prisão pena aplicada a quem provocar incêndio em floresta

O Projeto de Lei 4342/20 altera a Lei de Crimes Ambientais para punir com reclusão de 2 a 6 anos e multa quem provocar incêndio em mata ou floresta. Atualmente, a pena prevista é de reclusão de 2 a 4 anos e multa. O texto está sendo analisado pela Câmara dos Deputados.

A proposta prevê ainda agravantes que podem elevar a pena em até 50%, como nos casos em que a infração resultar em lesão corporal grave; em dano irreversível à fauna, à flora ou ao meio ambiente; ou quando for praticada à noite, em domingos ou em feriados.

"O número de focos de incêndio registrado no Pantanal entre janeiro e agosto deste ano equivale a tudo o que queimamos no bioma nos seis anos anteriores, de 2014 a 2019", afirmou o autor do projeto, deputado Gervásio Maia, citando um levantamento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). "Os dados revelam que, entre janeiro

ro e agosto, foram registrados pelos satélites do Inpe um total de 10.111 focos de incêndio no Pantanal, bioma que soma 130 mil quilômetros quadrados, localizados nos Estados do Mato Grosso (15%) e Mato Grosso do Sul (65%)", relata.

Maia também critica indicações de comportamentos omissores por parte de autoridades administrativas, principalmente federais, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente.

Segundo o texto, autoridades administrativas federais, estaduais, municipais e municipais que deixarem de tomar medidas necessárias e urgentes no combate ao incêndio, como o uso preventivo do Manejo Integrado do Fogo (MIF), poderão ser punidos com as mesmas penas.

Nos crimes cometidos sem intenção dolosa, a pena passará a ser de detenção de 1 a 2 anos e multa, o dobro da atual, que é de detenção de seis meses a um ano, e multa.

Marcos Rogério defende equilíbrio entre liberalismo econômico e regulação estatal

O senador Marcos Rogério (DEM-RO) analisa, em pronunciamento nesta quarta-feira (23), dados da economia do Brasil e do mundo e destaca a importância de calibragem do sistema capitalista pelo Estado. Ele afirmou que não há uma receita pronta para o avanço do capitalismo sem agravar os pobres, mas, para ele, é preciso equilíbrio.

"Um ponto fundamental é equilibrar liberalismo econômico, regulação e controle estatal moderado e assistência social. Analiso desde as que estão em situação vulnerável. No geral, tudo depende do estágio de crescimento de cada país, de sua realidade econômica, política, social e cultural.

O Brasil está entre os países em franco desenvolvimento, apesar do quadro geral da pandemia que o mundo atravessa.

Para Marcos Rogério, é simples combater o desemprego e reduzir a pobreza sem os grandes empreendimentos.

"Simplesmente criticar o capitalismo é um discurso vazio. Sem dinheiro não se consome, sem construção não se movimenta a economia. Logo, não houve trabalho e salários no final do mês agravando a crise social.

O senador também destacou o crescimento do produto interno bruto (PIB) do setor agropecuario e ressaltou a migração de recursos nos estados e municípios.

Câmara aprova alterações no Código de Trânsito; carteira de motorista terá validade maior

A Câmara dos Deputados aprovou nesta-feira (22) a maior parte das emendas do Senado ao Projeto de Lei 106/19, do Poder Executivo, que altera o Código de Trânsito Brasileiro. O texto seguirá para sanção do presidente da República.

Entre as principais medidas, a proposta aumenta a validade da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) para dez anos e vincula a suspensão do direito de dirigir por pontos à gravidade da infração.

De acordo com o texto, a CNH terá validade de dez anos para condutores com até 50 anos de idade. O prazo atual, de cinco anos, continua para aqueles com idade igual ou superior a 50 anos. Já a renovação a cada três anos, atualmente exigida para aqueles com 65 anos ou mais, passa a valer apenas para os motoristas com 70 anos de idade ou mais.

Profissionais que exercem atividade remunerada em veículo (motoristas de ônibus ou caminhão, taxistas ou condutores por aplicativo, por exemplo) seguem a regra geral.

Emendas do Senado - A Câmara aprovou 8 das 12 emendas do Senado ao texto do projeto, deputado Jaculino Filho, como a que proíbe condutor de veículo por penas alternativas no caso de morte ou lesão corporal provocada por motorista bêbado ou sob efeito de drogas.

"Alguns emendas do Senado promovem reparos no texto aprovado nesta Casa", disse Jaculino Filho. "A proibição da troca de pena privativa de liberdade por penas alternativas melhora e muito o texto", concordou o deputado Hildo Rocha. "O tema é importante para o País, mas lamentamos que seja tratado no meio de uma pandemia. É



Jaculino Filho: algumas emendas do Senado aprimoram o texto da Câmara.

fundamental aprofundar a legislação de trânsito porque, a cada cinco horas, perdemos um competidor num acidente de trânsito", disse o deputado Reginaldo Lopes.

Como o homicídio de trânsito é culposo, o Código de Trânsito Brasileiro pode ser interpretado favoravelmente ao motorista porque permite a conversão da pena de qualquer tamanho no caso de crime culposo. O código impõe pena de reclusão de 3 a 8 anos para o

homicídio culposo ao volante praticado por motorista embriagado ou sob efeito de drogas e pena de reclusão de 2 a 5 anos no caso de lesão corporal grave ou gravíssima. As penas alternativas podem envolver, por exemplo, o cumprimento de serviços comunitários.

Mantida a integralidade do texto aprovado pelo Congresso, todas as mudanças feitas pelo projeto valerão depois de 180 dias da publicação da futura lei.

Senadores pedem em manifesto que SUS distribua remédios à base de canabidiol

O senador Eduardo Cunha (Podemos-CE) apresentou ao Ministério da Saúde um manifesto sugerindo que o Sistema Único de Saúde (SUS) inclua em seu arsenal a base de canabidiol (CBD), uma das substâncias da maconha (Cannabis sativa), na lista de medicamentos fornecidos gratuitamente aos pacientes que fazem uso desses produtos em seus tratamentos.

Segundo o manifesto, que conta com o apoio de 28 senadores e com a assessoria do Conselho Federal de Medicina (CFM), os médicos brasileiros têm feito a prescrição do uso de CBD, principalmente para tratar epilepsias refratárias em crianças e transtornos como esquizofrenia, mal de Parkinson e ansiedade, entre outros.

O texto cita haver milhares de pacientes, principalmente na faixa de 18 a 25 anos, que sofrem de epilepsias refratárias e transtornos como esquizofrenia, mal de Parkinson e ansiedade, entre outros.

O uso de medicamentos foi liberado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), mas o custo ainda é muito elevado. Ele não é adequado em farmácias comunitárias. Quase sempre os pacientes precisam importar os remédios feitos com CBD ou adquiri-los de organizações



O senador Eduardo Cunha (Podemos-CE).

voluntárias que manipulam a planta para criar o óleo sem o devido respeito aos protocolos sanitários.

Cunha lembra que é obrigação do SUS prover a seus usuários assistência integral à saúde - com assistência farmacêutica incluída.

"Reconhecemos as necessidades das famílias, o alto custo

dos produtos importados e, em alternativa ao enorme custo da produção do plano e o custo da Cannabis no território brasileiro, por isso pedimos a distribuição do medicamento a base de canabidiol pelo SUS", disse o senador via Twitter.

O senador é contrário ao Projeto de Lei (PL) 199/2015, que busca viabilizar a comercialização de produtos e medica-

mentos que contêm extratos, substâncias ou partes da planta Cannabis sativa em sua formulação e o cultivo da planta por pessoas jurídicas, em situações específicas.

A proposta feita por Cunha ao Ministério da Saúde busca dar uma alternativa a quem necessita usar a substância.

Proposta restringe a emissão de passaportes diplomáticos brasileiros

O Projeto de Lei 151/2020, do autor do projeto, senador José Nello, restringe a emissão de passaportes diplomáticos brasileiros, alterando o Decreto 5.974/06 - que define as categorias e os benefícios de cada uma delas.

O projeto brasileiro é dividido em cinco categorias: diplomático, oficial, comum, para estrangeiros, e de emergência. Dentre outros benefícios, o passaporte diplomático dá ao portador acesso a filas de embarque e desembarque separadas nos aeroportos, trânsito mais rápido e eventual dispensa de visto em alguns países com os quais o Brasil mantém relações diplomáticas.

A lista de beneficiários inclui presidente, vice-presidente e ex-presidentes da República, governadores, ministros de Estado e membros do Congresso Nacional. A proposta elimina essa lista, permitindo, em alguns casos, a concessão de passaporte oficial. Os passaportes diplomáticos e oficiais são emitidos pelo Ministério das Relações Exteriores.

Reflexos - De acordo com o autor do projeto, o rol de autoridades que fazem jus ao passaporte



José Nello acredita que a lista de beneficiários é extensa e, muitas vezes, subjetiva.

diplomático é demasiadamente extenso. Para o parlamentar, o decreto "abrange não apenas quem de fato

atua na carreira diplomática, mas uma série de agentes políticos" e mesmo no subjetivismo, pois tam-

bém autoriza a concessão a pessoas que "deveriam portá-lo no interesse do País".

PUBLICIDADE LEGAL

EDITAL DE LEILÃO EXTRAJUDICIAL DE IMÓVEL MÓVEL
ALUGUELO FIDUCIÁRIO - CONDIÇÕES BÁSICAS

LISTA DE LERÃO EXTRAJUDICIAL DE MÓVEL RURAL
MUNICÍPIO DE FREDERICOZ - CONDIÇÕES BÁSICAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA

PUBLICIDADE LEGAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE VINHEDO
ESTADO DE SÃO PAULO

EDITAL DE PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 003/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0.000.000/20

SECRETARIA REQUISITANTE: Secretaria Municipal do Saneamento

OBJETO: Aquisição de veículos para quibômetro, conforme especificações do edital e seus anexos.

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM

DATAPRIMA CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES DAS EMPRESAS INTERESSADAS: até a dia 30/09/2020 entre 9h00 e 17h00.

DATAPRIMA DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, COM RECEBIMENTO DOS ENVELOPES COM "PROPOSTAS DE PREÇOS" E "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO": dia 01/10/2020, às 9 horas.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO: Sala de Leilões situada na Avenida Presidente Castelo Branco, nº 1.375, Bairro Jardim São Mateus, na cidade de Vinhedo - SP, Autarquia do Centro Urbano Dr. Manoel Matheus Neto.

A sessão será realizada pelo Pregador, com o auxílio da Equipe de Apoio, designada nos autos do processo em epígrafe. Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos na sessão de processamento logo após o credenciamento das interessadas.

LOCAL PARA CONSULTA E FORNECIMENTO DO EDITAL: O edital na íntegra será fornecido aos interessados a partir de 04/09/2020, na Secretaria Municipal de Administração, Praça Municipal, na Rua Humberto Pires, nº 330, Bairro Centro, Vinhedo - SP, CEP 13.200-005, no horário das 11 às 16 horas, de segunda a sexta-feira, mediante o pagamento da taxa de acesso ao edital, no valor de R\$ 5,00 (cinco reais).

VALOR DA TAXA: R\$ 5,00 (cinco reais).

PREFEITURA MUNICIPAL DE VINHEDO
ESTADO DE SÃO PAULO

EDITAL DE PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 003/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0.000.000/20

SECRETARIA REQUISITANTE: Secretaria Municipal do Saneamento

OBJETO: Aquisição de veículos diferenciados para teste rodoviário, conforme especificações do edital e seus anexos.

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM

DATAPRIMA CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES DAS EMPRESAS INTERESSADAS: até a dia 30/09/2020 entre 9h00 e 17h00.

DATAPRIMA DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, COM RECEBIMENTO DOS ENVELOPES COM "PROPOSTAS DE PREÇOS" E "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO": dia 01/10/2020, às 9 horas.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO: Sala de Leilões situada na Avenida Presidente Castelo Branco, nº 1.375, Bairro Jardim São Mateus, na cidade de Vinhedo - SP, Autarquia do Centro Urbano Dr. Manoel Matheus Neto.

A sessão será realizada pelo Pregador, com o auxílio da Equipe de Apoio, designada nos autos do processo em epígrafe. Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos na sessão de processamento logo após o credenciamento das interessadas.

LOCAL PARA CONSULTA E FORNECIMENTO DO EDITAL: O edital na íntegra será fornecido aos interessados a partir de 04/09/2020, na Secretaria Municipal de Administração, Praça Municipal, na Rua Humberto Pires, nº 330, Bairro Centro, Vinhedo - SP, CEP 13.200-005, no horário das 11 às 16 horas, de segunda a sexta-feira, mediante o pagamento da taxa de acesso ao edital, no valor de R\$ 5,00 (cinco reais).

VALOR DA TAXA: R\$ 5,00 (cinco reais).

PREFEITURA MUNICIPAL DE VINHEDO
ESTADO DE SÃO PAULO

EDITAL DE PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 003/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0.000.000/20

SECRETARIA REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Assistência Social

OBJETO: Aquisição de peças, conforme especificações do edital e seus anexos.

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM

DATAPRIMA CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES DAS EMPRESAS INTERESSADAS: até a dia 30/09/2020 entre 9h00 e 17h00.

DATAPRIMA DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, COM RECEBIMENTO DOS ENVELOPES COM "PROPOSTAS DE PREÇOS" E "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO": dia 01/10/2020, às 9 horas.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO: Sala de Leilões situada na Avenida Presidente Castelo Branco, nº 1.375, Bairro Jardim São Mateus, na cidade de Vinhedo - SP, Autarquia do Centro Urbano Dr. Manoel Matheus Neto.

A sessão será realizada pelo Pregador, com o auxílio da Equipe de Apoio, designada nos autos do processo em epígrafe. Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos na sessão de processamento logo após o credenciamento das interessadas.

LOCAL PARA CONSULTA E FORNECIMENTO DO EDITAL: O edital na íntegra será fornecido aos interessados a partir de 04/09/2020, na Secretaria Municipal de Administração, Praça Municipal, na Rua Humberto Pires, nº 330, Bairro Centro, Vinhedo - SP, CEP 13.200-005, no horário das 11 às 16 horas, de segunda a sexta-feira, mediante o pagamento da taxa de acesso ao edital, no valor de R\$ 5,00 (cinco reais).

VALOR DA TAXA: R\$ 5,00 (cinco reais).

PREFEITURA MUNICIPAL DE VINHEDO
ESTADO DE SÃO PAULO

EDITAL DE PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 003/2020 (VERSÃO)
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0.000.000/20

SECRETARIA REQUISITANTE: Secretaria Municipal do Saneamento

OBJETO: Registro de preços para aquisição de equipamentos sanitários, conforme especificações do edital e seus anexos.

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM

DATAPRIMA CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES DAS EMPRESAS INTERESSADAS: até a dia 30/09/2020 entre 9h00 e 17h00.

DATAPRIMA DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, COM RECEBIMENTO DOS ENVELOPES COM "PROPOSTAS DE PREÇOS" E "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO": dia 01/10/2020, às 9 horas.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO: Sala de Leilões situada na Avenida Presidente Castelo Branco, nº 1.375, Bairro Jardim São Mateus, na cidade de Vinhedo - SP, Autarquia do Centro Urbano Dr. Manoel Matheus Neto.

A sessão será realizada pelo Pregador, com o auxílio da Equipe de Apoio, designada nos autos do processo em epígrafe. Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos na sessão de processamento logo após o credenciamento das interessadas.

LOCAL PARA CONSULTA E FORNECIMENTO DO EDITAL: O edital na íntegra será fornecido aos interessados a partir de 04/09/2020, na Secretaria Municipal de Administração, Praça Municipal, na Rua Humberto Pires, nº 330, Bairro Centro, Vinhedo - SP, CEP 13.200-005, no horário das 11 às 16 horas, de segunda a sexta-feira, mediante o pagamento da taxa de acesso ao edital, no valor de R\$ 5,00 (cinco reais).

VALOR DA TAXA: R\$ 5,00 (cinco reais).

NK OMS Empreendimentos e Participações S.A.

São de Administração (Art. 17, Lei nº 6.402/76)

Objeto: Aquisição de veículos diferenciados para teste rodoviário, conforme especificações do edital e seus anexos.

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM

DATAPRIMA CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES DAS EMPRESAS INTERESSADAS: até a dia 30/09/2020 entre 9h00 e 17h00.

DATAPRIMA DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, COM RECEBIMENTO DOS ENVELOPES COM "PROPOSTAS DE PREÇOS" E "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO": dia 01/10/2020, às 9 horas.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO: Sala de Leilões situada na Avenida Presidente Castelo Branco, nº 1.375, Bairro Jardim São Mateus, na cidade de Vinhedo - SP, Autarquia do Centro Urbano Dr. Manoel Matheus Neto.

A sessão será realizada pelo Pregador, com o auxílio da Equipe de Apoio, designada nos autos do processo em epígrafe. Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos na sessão de processamento logo após o credenciamento das interessadas.

LOCAL PARA CONSULTA E FORNECIMENTO DO EDITAL: O edital na íntegra será fornecido aos interessados a partir de 04/09/2020, na Secretaria Municipal de Administração, Praça Municipal, na Rua Humberto Pires, nº 330, Bairro Centro, Vinhedo - SP, CEP 13.200-005, no horário das 11 às 16 horas, de segunda a sexta-feira, mediante o pagamento da taxa de acesso ao edital, no valor de R\$ 5,00 (cinco reais).

VALOR DA TAXA: R\$ 5,00 (cinco reais).

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO
Departamento de Licitação

REEDITAÇÃO
PROCESSO Nº 000/2020

Objeto: Aquisição de veículos diferenciados para teste rodoviário, conforme especificações do edital e seus anexos.

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM

DATAPRIMA CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES DAS EMPRESAS INTERESSADAS: até a dia 30/09/2020 entre 9h00 e 17h00.

DATAPRIMA DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, COM RECEBIMENTO DOS ENVELOPES COM "PROPOSTAS DE PREÇOS" E "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO": dia 01/10/2020, às 9 horas.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO: Sala de Leilões situada na Avenida Presidente Castelo Branco, nº 1.375, Bairro Jardim São Mateus, na cidade de Vinhedo - SP, Autarquia do Centro Urbano Dr. Manoel Matheus Neto.

A sessão será realizada pelo Pregador, com o auxílio da Equipe de Apoio, designada nos autos do processo em epígrafe. Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos na sessão de processamento logo após o credenciamento das interessadas.

LOCAL PARA CONSULTA E FORNECIMENTO DO EDITAL: O edital na íntegra será fornecido aos interessados a partir de 04/09/2020, na Secretaria Municipal de Administração, Praça Municipal, na Rua Humberto Pires, nº 330, Bairro Centro, Vinhedo - SP, CEP 13.200-005, no horário das 11 às 16 horas, de segunda a sexta-feira, mediante o pagamento da taxa de acesso ao edital, no valor de R\$ 5,00 (cinco reais).

VALOR DA TAXA: R\$ 5,00 (cinco reais).

Odobrachi Realizações SP 54 - Empreendimento Imobiliário S.A.

Objeto: Aquisição de veículos diferenciados para teste rodoviário, conforme especificações do edital e seus anexos.

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM

DATAPRIMA CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES DAS EMPRESAS INTERESSADAS: até a dia 30/09/2020 entre 9h00 e 17h00.

DATAPRIMA DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, COM RECEBIMENTO DOS ENVELOPES COM "PROPOSTAS DE PREÇOS" E "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO": dia 01/10/2020, às 9 horas.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO: Sala de Leilões situada na Avenida Presidente Castelo Branco, nº 1.375, Bairro Jardim São Mateus, na cidade de Vinhedo - SP, Autarquia do Centro Urbano Dr. Manoel Matheus Neto.

A sessão será realizada pelo Pregador, com o auxílio da Equipe de Apoio, designada nos autos do processo em epígrafe. Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos na sessão de processamento logo após o credenciamento das interessadas.

LOCAL PARA CONSULTA E FORNECIMENTO DO EDITAL: O edital na íntegra será fornecido aos interessados a partir de 04/09/2020, na Secretaria Municipal de Administração, Praça Municipal, na Rua Humberto Pires, nº 330, Bairro Centro, Vinhedo - SP, CEP 13.200-005, no horário das 11 às 16 horas, de segunda a sexta-feira, mediante o pagamento da taxa de acesso ao edital, no valor de R\$ 5,00 (cinco reais).

VALOR DA TAXA: R\$ 5,00 (cinco reais).

PREFEITURA MUNICIPAL DE VINHEDO
ESTADO DE SÃO PAULO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 000/2020 - PA 1.147/2019
ATA DE COMISSÃO

Objeto: Aquisição de veículos diferenciados para teste rodoviário, conforme especificações do edital e seus anexos.

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM

DATAPRIMA CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES DAS EMPRESAS INTERESSADAS: até a dia 30/09/2020 entre 9h00 e 17h00.

DATAPRIMA DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, COM RECEBIMENTO DOS ENVELOPES COM "PROPOSTAS DE PREÇOS" E "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO": dia 01/10/2020, às 9 horas.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO: Sala de Leilões situada na Avenida Presidente Castelo Branco, nº 1.375, Bairro Jardim São Mateus, na cidade de Vinhedo - SP, Autarquia do Centro Urbano Dr. Manoel Matheus Neto.

A sessão será realizada pelo Pregador, com o auxílio da Equipe de Apoio, designada nos autos do processo em epígrafe. Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos na sessão de processamento logo após o credenciamento das interessadas.

LOCAL PARA CONSULTA E FORNECIMENTO DO EDITAL: O edital na íntegra será fornecido aos interessados a partir de 04/09/2020, na Secretaria Municipal de Administração, Praça Municipal, na Rua Humberto Pires, nº 330, Bairro Centro, Vinhedo - SP, CEP 13.200-005, no horário das 11 às 16 horas, de segunda a sexta-feira, mediante o pagamento da taxa de acesso ao edital, no valor de R\$ 5,00 (cinco reais).

VALOR DA TAXA: R\$ 5,00 (cinco reais).

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - ECOPISTAS

Objeto: Aquisição de veículos diferenciados para teste rodoviário, conforme especificações do edital e seus anexos.

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM

DATAPRIMA CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES DAS EMPRESAS INTERESSADAS: até a dia 30/09/2020 entre 9h00 e 17h00.

DATAPRIMA DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, COM RECEBIMENTO DOS ENVELOPES COM "PROPOSTAS DE PREÇOS" E "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO": dia 01/10/2020, às 9 horas.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO: Sala de Leilões situada na Avenida Presidente Castelo Branco, nº 1.375, Bairro Jardim São Mateus, na cidade de Vinhedo - SP, Autarquia do Centro Urbano Dr. Manoel Matheus Neto.

A sessão será realizada pelo Pregador, com o auxílio da Equipe de Apoio, designada nos autos do processo em epígrafe. Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos na sessão de processamento logo após o credenciamento das interessadas.

LOCAL PARA CONSULTA E FORNECIMENTO DO EDITAL: O edital na íntegra será fornecido aos interessados a partir de 04/09/2020, na Secretaria Municipal de Administração, Praça Municipal, na Rua Humberto Pires, nº 330, Bairro Centro, Vinhedo - SP, CEP 13.200-005, no horário das 11 às 16 horas, de segunda a sexta-feira, mediante o pagamento da taxa de acesso ao edital, no valor de R\$ 5,00 (cinco reais).

VALOR DA TAXA: R\$ 5,00 (cinco reais).

Johnson & Johnson inicia fase final de testes de potencial vacina contra covid-19

A candidata à vacina contra o novo coronavírus produzida pela Johnson & Johnson, por meio de sua farmacêutica subsidiária Janssen, entrou em fase final de testes clínicos, segundo comunicado da J&J ontem (23). Os testes de fase final estão sendo realizados em 60 mil voluntários de três continentes. O possível imunizante da empresa norte-americana é o quarto entre as vacinas em desenvolvimento a entrar no último estágio de testagem clínica, que mede a eficácia do produto contra a doença.

A J&J disse que pode obter os resultados do teste já no início de 2021. Caso a resposta seja positiva, a vacina pode ganhar a autorização de governos para uso público. Entre os países em que a empresa fará os testes estão Brasil, Estados Unidos e África do Sul.

Além da candidata da J&J, as vacinas da Universidade de Oxford e das farmacêuticas Sinovac, da China, e da alemã Pfizer já estão em terceira fase de testes. A candidata da companhia norte-americana, porém, tem a vantagem de induzir resposta imunitária contra o novo coronavírus com apenas uma dose, contra duas das concorrentes em fase 3, segundo um estudo clínico preliminar feito pela J&J.

Os testes de fase 3 não verificam se a vacina de fato funciona com apenas uma dose. A J&J está colaborando com o governo do Reino Unido em um estudo separado para testar um regime de duas doses do produto.

A empresa já anunciou, em agosto, um contrato de US\$ 1 bilhão com o governo dos EUA para o fornecimento de 100 milhões de doses, caso a vacina seja aprovada nos testes e seja autorizada para uso. A J&J espera produzir mais de um bilhão de doses globalmente no decorrer de 2021. (Com informações da Daily News International).

Ex-procurador da Lava Jato pede desculpas ao STF e Conselho suspende julgamento

O julgamento do Conselho Nacional do Ministério Público sobre um procedimento administrativo disciplinar que pedira punir o procurador Diogo Castro de Mattos foi suspenso na tarde de terça-feira, 22, após o co-procurador da força-tarefa da Lava Jato em Curitiba fazer uma retratação sobre o artigo com supostas ofensas ao ministro do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffi, e à Justiça Eleitoral.

Em razão do pedido de desculpas do procurador com relação ao texto publicado em março de 2019, a relatoria do caso, Fernando Maria, indicou que seria necessário ouvir a "vítima" antes de prosseguir com a análise do caso no colegiado. Mariana ainda indicou que estaria resolvendo a questão ainda hoje, mas ressaltou que a questão dependeria dos "encomendamentos do gabinete".

O procedimento administrativo contra Castro foi aberto após representação encaminhada à Corregedoria Nacional do Ministério Público pelo então presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffi.

"Não foi a intenção do autor ofender a honra de integrantes do

IBGE: trabalhadores empregados têm dificuldade para recompor renda do trabalho

Quase seis meses após o agravamento da crise sanitária da covid-19 no Brasil, os trabalhadores que permanecem empregados ainda enfrentam dificuldades para recompor a renda do trabalho perdida na pandemia, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) mensal, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O rendimento médio individual de todos os trabalhadores era de R\$ 2.384 em agosto, mas os trabalhadores receberam efetivamente, em média, R\$ 2.117. Ou seja, a renda efetiva representava 89,7% do que seria habitualmente recebido. Apesar da deflação, houve melhora em relação a julho quando a renda efetiva alcançou 87,4% da renda habitual. Em maio, quando começou a pesquisa a renda efetiva correspondia a apenas 81,5% do rendimento habitual.

Segundo Maria Lucia Vieira, coordenadora de Trabalho e Rendimento do IBGE, os programas de manutenção do emprego e renda ajudaram a complementar o rendimento dos trabalhadores. Mas a melhora com o passar dos meses foi parada pelo retorno ao trabalho dos funcionários afetados.

"As pessoas estão retornando ao mercado de trabalho, e elas foram recuperando a renda que elas recebiam antes. A gente vê isso no afastamento de trabalhadores ocupados que foi sendo reduzido ao longo dos meses, e a gente vê também nas horas trabalhadas. A diferença entre as horas trabalhadas e as horas habituais diminuiu. As pessoas estão voltando a trabalhar mais

e estão conseguindo recuperar renda", afirmou Maria Lucia.

As regiões Sudeste e Sul tiveram as menores proporções de rendimento efetivo de trabalho em relação ao habitualmente recebido. No Sudeste, a renda efetiva de todos os trabalhadores representava 89,0% do habitual. No Sul, esta proporção foi de 89,3%.

Os trabalhadores por conta própria e os empregados fixos em que tiveram as maiores diferenças entre os rendimentos habitualmente recebidos e os efetivamente recebidos: em agosto, os trabalhadores por conta própria receberam 76,9% da renda habitual, enquanto os empregados obtiveram 81,4%.

A massa de rendimento médio real normalmente recebida sofreu de R\$ 191,0 bilhões em julho para R\$ 192,7 bilhões em agosto, puxada por um aumento da população ocupada. Considerando o rendimento efetivo, a massa de rendimento cresceu 3,3%, passando de R\$ 167 bilhões em julho para R\$ 172,7 bilhões em agosto.

O rendimento médio real domiciliar por capita efetivamente recebido no Brasil foi de R\$ 1.302 em agosto, 2,2% superior aos R\$ 1.274 recebidos em julho. No Nordeste, a renda média por capita foi de R\$ 911, e no Norte, R\$ 920.

O rendimento médio domiciliar por capita dos domicílios onde haviam dois moradores recebeu algum auxílio do governo concedido em função da pandemia totalizou foi de, em média, R\$ 1.302 em agosto, mais que o dobro da renda das lares em que algum algum morador recebeu o auxílio (R\$ 516).

Paes: Não incluímos Legislativo e Judiciário na reforma para não judicializá-la

O secretário especial de Desburocratização, Casa Paes de Andrade, disse terça-feira, 22, que a reforma administrativa não incluirá funções do Legislativo e do Judiciário - entre parlamentares, juizes e promotores - como estratégia para evitar a judicialização do tema na largada da proposta.

"Não mandamos para os outros, do Legislativo e do Judiciário, para evitar a judicialização do tema muito cedo na reforma. Não foi por medo. Foi uma estratégia", afirmou Paes em live transmitida pela Câmara Nacional.

Segundo o secretário, que substituiu o demissionário Paulo Uebel no mês passado, o governo não enviou ao Congresso uma proposta pronta, mas, sim, um arcabouço de reformas da administração pública que pode ser alterado pelos parlamentares. "Basicamente, a gente criou um arcabouço

jurídico para o Congresso discutir temas importantes, tendo a preocupação de evitar a judicialização precoce do tema", afirmou Paes, citando riscos de a reforma esbarrar em interesses corporativos e legalistas caso a equipe econômica não tivesse tomado esse cuidado.

Também presente na live, o secretário especial adjunto de Desburocratização, Cleonilson Cardoso Rabus, observou que o Congresso pode apresentar emendas durante a tramitação da proposta.

"Temos notícias de que alguns parlamentares vão apresentar emendas de inclusão de membros do poder judiciário que a PEC não", afirmou o secretário.

As justificas as críticas argumentou que o Executivo não tem competência para propor mudanças no Judiciário, ao passo que os parlamentares não são definidos como servidores pela Constituição.

Ele reforçou o argumento do secretário de que a inclusão dessas carreiras acarretaria risco de judicialização, em discussões de natureza jurídica logo na largada da reforma administrativa.

Cuando previu o Ipea, Ruben frisou que a reforma, como proposta pelo governo, permania uma economia a União de R\$ 300 bilhões em dez anos, sendo a maior parte desta economia (cerca de R\$ 200 bilhões) vinda da suspensão dos reajustes do funcionalismo até o fim do ano que vem.

Outros R\$ 100 bilhões, em valores arredondados, viriam do prolongamento de carreiras - já que as regras atuais permitem a servidores encerrar carreira em dez anos - e alinhamento dos salários de novos servidores às remunerações pagas no setor privado.

Paes disse ter confiança de que o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), colocará a reforma administrativa para tramitar logo, já que o próprio parlamentar acabou a matéria. Segundo o secretário do ministério da Economia, como a coordenação política é função da Casa Civil, o papel de sua equipe neste momento é o de preparar as medidas complementares da PEC: seis projetos de lei ordinária.

"Estamos prontos para mandar projetos complementares ao Congresso", disse Paes. Ele, ao salientar a necessidade da reforma durante a live, citou a incapacidade do Estado de investir em infraestrutura, manter a máquina pública e de sustentar. Conforme o secretário, o aumento dos déficits das contas públicas representa um "bomba-relógio" que pode, um dia, impedir o pagamento do funcionalismo.